

Brasil contra o Fator Previdenciário

E pela Correção da Tabela do Imposto de Renda

Vamos pressionar o Congresso para que os parlamentares votem a favor da classe trabalhadora:



- Fim do Fator Previdenciário;
- Correção da tabela do Imposto de Renda;
- Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais;
- Contra o PL 4330, da terceirização;
- Pela justa correção do FGTS;
- Regulamentação da Convenção 151 da OIT, sobre o direito à negociação dos servidores públicos;
- Fim do Trabalho Escravo;
- Reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar;
- Regulamentação do emprego dos trabalhadores domésticos;
- Aprovação do Saúde +10 (PLP 321/2013);
- Contra a privatização do Pré-sal;
- Redução dos juros e do superávit primário;
- Ratificação da Convenção 158 da OIT, pelo fim da demissão imotivada;
- 10% PIB para educação.

Leia neste número:

- Contra o Fator previdenciário 01
- Protegendo os Trabalhadores 02
- Dieese analisa fator e o imposto de renda 02
- UGT na luta contra o Racismo 03
- Caminhada Rosa contra câncer de mama 03
- Trabalho decente na Copa e Olimpíadas 04
- UGT participa de encontro sindical no Panamá 04
- Comércio com proteção ao trabalhador 04

Na terça-feira dia 12 as ruas do Brasil inteiro foram tomadas pelas Centrais Sindicais. As manifestações ocorreram em defesa da ampliação e manutenção de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, em um ato chamado "Brasil contra o Fator Previdenciário".

O FATOR PREVIDENCIÁRIO é um critério utilizado para calcular o valor das aposentadorias, considerando o tempo de contribuição, idade e expectativa de vida. Ele foi criado em 1999 pelo, até então, presidente Fernando Henrique Cardoso, o fator reduz o valor do benefício, provocando uma perda salarial que pode superar os 40%. Os governos Lula e Dilma também não acabaram com o fator previdenciário. Por isso, movimento sindical volta às ruas.

Em São Paulo manifestação foi na Praça da Sé

Militantes e dirigentes da União Geral dos Trabalhadores e das demais centrais sindicais protestaram em São Paulo na manhã deste dia 12 contra o fator previdenciário e pela correção da tabela de descontos do Imposto de Renda, além dos itens da pauta dos trabalhadores.



A concentração ocorreu na Praça da Sé em frente ao Instituto Nacional de Previdência Social (INSS). Os trabalhadores reclamam que, depois de trabalhar durante anos, as aposentadorias podem ser reduzidas até 40% em razão do fator previdenciário.

O presidente da União Geral dos Trabalhadores, Ricardo Patah (na foto) cobrou do governo as promessas de extinção do fator previdenciário.

As centrais sindicais entregaram [documento de reivindicações](#) aos gestores do INSS em São Paulo

Protegendo os Trabalhadores



Centrais apresentam propostas ao Governo e defendem política de criação de empregos

A **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** e as demais centrais sindicais brasileiras se reuniram com representantes do Governo Federal para apresentarem uma proposta unificada sobre a **Política e Sistema de Promoção e Proteção do Emprego**, discutindo, sobretudo, o Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O encontro foi na tarde da última quinta-feira (07) no prédio da Presidência da República, em São Paulo. Participaram do encontro representantes dos Ministérios da Fazenda e do Trabalho e técnicos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

No documento elaborado pelas centrais consta, entre outros dados, um diagnóstico completo sobre a evolução das despesas com o Seguro Desemprego (SD), um diagnóstico sobre a evolução das receitas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e as propostas apresentadas pelos representantes dos trabalhadores para promover a sustentação de novos paradigmas à promoção de trabalho, proteção do trabalhador e incremento da produtividade.



Canindé Pegado, Secretário Geral da UGT e membro do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) disse que a reunião foi bastante positiva e que foi possível a discussão de pontos importantes, tais como o aumento de custo do Abono Salarial em relação ao Seguro Desemprego.

O abono salarial, que para Pegado pareceu ser um dos pontos de maior enfoque do Governo, está na ordem de 13 bilhões de reais em 2013 e o Seguro Desemprego vai para 31 bilhões, mas apesar do aumento dos últimos anos, Pegado diz que as centrais não permitirão mudanças que impliquem em perdas financeiras aos trabalhadores.

“Nem a UGT nem as demais centrais concordarão em mudar, reduzir ou diminuir o abono salarial”, enfatizou Pegado.

O **Secretário Geral da UGT** disse ainda que o Governo pediu cooperação do movimento sindical com relação ao aumento vertiginoso do Seguro Defeso (destinado ao pescador artesanal). “Nós concordamos que é necessário reexaminar o Seguro Defeso de modo que se encontre uma nova forma de que o Seguro se mantenha, mas tem que ser dentro de um padrão de tecnologia social diferente”, concluiu Pegado.

Na próxima segunda-feira, 18 de novembro, este mesmo grupo devem se reunir novamente para dar continuidade às negociações. “A lição de casa do Governo diz respeito à proposta da recomposição de receitas e a nossa, representantes dos trabalhadores, diz respeito à reestruturação do próprio sistema nacional de emprego”, finalizou Pegado. *(Giselle Corrêa, da redação da UGT)*

Dieese analisa fator e o imposto de renda

“O fator previdenciário prejudica todos os trabalhadores que pretendem se aposentar por tempo de contribuição. O prejuízo é maior para os que ingressaram precocemente no mercado de trabalho e começaram a contribuir mais cedo para a Previdência Social e que atingem o tempo de contribuição mínimo requerido na faixa dos 50/55 anos de idade”, conclui a nota técnica do Dieese. **Trata-se da Nota Técnica 130/13.**

A NT tem por objetivo mostrar como esta fórmula interfere violentamente na redução do valor do benefício da aposentadoria no momento em que o trabalhador ou trabalhadora perde a capacidade laboral. Mostra ainda como surgiu o fator previdenciário e quantos trabalhadores foram atingidos pelo mecanismo que serve como um redutor das aposentadorias.

Imposto de Renda

Em razão da crescente defasagem da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, o Dieese elaborou estudo - **Nota Técnica 131** - que demonstra, que “de 1996 a 2013, pelo IPCA-IBGE, a defasagem acumulada na tabela de cálculo do Imposto de Renda é de 61,24%. Se o período considerado for de janeiro de 2003 a dezembro de 2013, a defasagem é de 15,56%.”

“Em dezembro de 2006, as centrais sindicais formalizaram um acordo com o governo federal, segundo o qual a tabela do IRPF teria uma correção anual de 4,5% nos anos de 2007 a 2010 para contemplar um aumento maior no salário mínimo. Em 2011, de forma unilateral, o governo decidiu manter a correção da tabela do IRPF em 4,5%.”

“A tabela do IRPF vigente no ano-calendário 2013 é composta de cinco faixas de renda tributável. A renda superior a R\$ 4.271,59 mensais é tributada pela alíquota de 27,5%. Rendas muito elevadas são tributadas nesta mesma alíquota, mesmo que superem dezenas de milhares de reais. Assim, há espaço para mais faixas para as rendas muito altas. Isso também poderia atenuar a perda de arrecadação do imposto causada por uma correção da tabela do IRPF”, mostra a NT.

Política e Sistema de Promoção e Proteção do Emprego

PROPOSTA DAS CENTRAIS SINDICAIS
Novembro, 2013



[Clique aqui e confira a íntegra do documento](#)



[NT 130](#)

[NT 131](#)

UGT na luta contra o Racismo

A **União Geral dos Trabalhadores** por sua **Secretaria Nacional Para Assuntos da Diversidade Humana**, sendo conduzida pela dirigente **Ana Cristina dos Santos Duarte**, que conquistou ano passado um assento no **Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial**, juntamente com os dirigentes ugetistas do Estado de Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, participaram no período de 5 a 7 de novembro de 2013, da **III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial**, com o tema **Democracia e Desenvolvimento Sem Racismo: Por um Brasil Afirmativo**.

O evento contou com um grande marco, onde na sua abertura a presidenta da República, **Dilma Rousseff**, apresentou o Projeto de Lei N. 6738/2013, que cria reserva aos negros de vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Referido projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional, em regime de urgência e a Câmara dos Deputados tem o prazo de 45 dias para a sua apreciação.

A convite de Ana Cristina os dirigentes sindicais americanos da **Union Auto Workers**, **Ginny Coughlin** e **Rafael Messias**, também participaram do evento e foram apresentados à ministra Luiza Bairros, a qual foi muito receptiva com os mesmos.



Ressaltamos também a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre a SEPPIR e a Secretária da Micro e Pequena Empresa – SMPE, dirigida pelo ministro Guilherme Afif Domingos (PSD), o qual tem como objetivo a adoção de ações conjuntas e complementares visando à promoção do desenvolvimento do artesanato quilombola, em especial quanto à ampliação do acesso ao mercado para estes produtos. *(Por Regina Silveira)*

Caminhada Rosa contra câncer de mama

O Sindicato dos Comerciários de São Paulo, buscando fortalecer as ações que já são realizadas pela entidade e que visam combater o câncer de mama realizou, na manhã deste domingo, 10 de novembro, juntamente com a União Geral dos Trabalhadores (UGT), Elas Por Elas e Femama, a Caminhada Rosa contra o câncer de mama.



Mulheres e homens de diversos ramos de atividade profissional estiveram presentes ao evento, que começou na Praça Roosevelt e seguiu todo o Elevado Costa e Silva. Durante o percurso a demonstração de apoio da população ficou evidente, com as centenas de pessoas das janelas dos apartamentos, acenando em apoiando a causa.

"Este é um evento muito importante para o Sindicato porque a maioria das pessoas que trabalham no comércio são mulheres e a incidência desta doenças é alta na cidade de São Paulo, por isso o Sindicato dos Comerciários está nesta campanha há algum tempo e intensificou agora, pois é preciso dar uma atenção especial para a pessoa descobri o câncer," diz Isabel Kausz dos Reis, secretária da Mulher do Sindicato.

Como uma forma de chamar a atenção da população para a importância da prevenção do câncer, o evento cumpriu seu papel de alertar e novamente levantar esta questão junto a sociedade.

Segundo Cleonice Caetano, diretora do Sindicato, as atividades que busquem ampliar a conscientização da população em relação ao tema, é um compromisso do Sindicato dos Comerciários, pois a saúde está sempre em primeiro lugar.

Isabel salientou também que é fundamental que as mulheres se cuidem e se previnem, pois quando uma pessoa descobri que tem câncer, sofre toda a família e, em alguns casos, essa pessoa chega a perder o emprego. "A melhor forma de prevenção é o acompanhamento médico e, se as mulheres fizerem o auto exame periodicamente também é muito bom, porque a prevenção ainda é o melhor remédio," conclui a dirigente.



Saiba mais
sobre o projeto
na página do
DIAP



Trabalho decente na Copa e Olimpíadas

Em seminário promovido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), na manhã de do dia 5, no Palácio dos Bandeirantes, sede do Executivo paulista, o ministro Manoel Dias, apresentou proposta de campanha para trabalho decente nas cidades-sede da Copa do Mundo 2014 e para as Olimpíadas de 2016.



Segundo o ministro a iniciativa busca oferecer respostas a parte das demandas levantadas pelos movimentos sociais, durante a Copa das Confederações. “Algumas iniciativas setoriais já respondem nesse sentido, entre as quais a mesa de negociação permanente no setor da construção civil pesada e criação de comissões nos locais das grandes obras. Estamos trabalhando na mesa de negociação no setor da saúde, turismo e hotelaria, com o objetivo de avançar no emprego decente aos trabalhadores.”

O ministro informou que serão feitas oficinas preparatórias nas cidades com objetivo de detalhar aspectos regionais dos compromissos. A campanha será coordenada por um grupo de trabalho formado por representantes do ministérios do Trabalho e do Esporte, além do Fonset, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

UGT participa de encontro sindical no Panamá

A **UTAL- Universidade dos Trabalhadores da América Latina**, realizou no Panamá, de 29 de outubro a 2 de novembro, um encontro latino americano onde foram debatidas as ‘Mudanças no mundo do trabalho e seus impactos para a classe trabalhadora’.

Do Brasil participaram a diretora de Finanças da FESMEPAR - Federação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, (filiada à UGT), Sonia Maria Marchi, representando a organização de gênero da central, e o dirigente sindical da UGT-RJ, Nilton Rocha.

Ao todo estiveram presentes dirigentes sindicais de 16 países da América Latina e Caribe. Ao final a companheira Sônia Marchi foi uma das nove relatoras, onde apresentou as várias propostas desenvolvidas pelo grupo de trabalho.



O encontro serviu para fazer uma reflexão sobre a revolução científico-tecnológica e suas aplicações no mundo do trabalho; as tantas questões que envolvem a globalização e a vida dos trabalhadores; os impactos vividos pelo sindicalismo com a globalização; e as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, que vem sofrendo com os novos processos de globalização. *(UGT Paraná)*

Comércio com proteção ao trabalhador

Normas do trabalho estão cada vez mais presentes em acordos de livre comércio

O número de acordos de livre comércio que incluem dispositivos laborais aumentou ao longo das últimas décadas, segundo um novo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O relatório da OIT sobre a Dimensão Social dos acordos de livre comércio diz que, desde meados dos anos 1990, foi registrado um aumento no número de acordos comerciais que contêm medidas relacionadas com o trabalho, incluindo “acordos Sul-Sul” entre países em desenvolvimento.

No total, havia 58 acordos com dispositivos laborais em junho de 2013, o que representa quase um quarto dos 248 acordos de comércio atualmente em vigor. Estes acordos incluem dispositivos em relação às condições de trabalho mínimas, a implantação de leis laborais nacionais, bem como a supervisão e o cumprimento das leis trabalhistas.

“O número cada vez maior de acordos de comércio que incluem dispositivos em relação às normas do trabalho é um reflexo da crescente compreensão de que a liberalização do comércio, embora seja importante, deveria seguir os progressos sociais e laborais”, declarou Raymond Torres, Diretor do Departamento de Pesquisa da OIT. (Notícias da OIT)



Veja a íntegra do estudo (em inglês)

O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A UGT é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Diretor de Comunicação: Marcos Afonso de Oliveira – MTb 62.224/SP

Jornalista Responsável: Mauro Ramos